

Procurador Goiás Concurso X

Questão 1

A Procuradoria-Geral do Estado é dirigida pelo Procurador-Geral, nomeado em comissão pelo Chefe do Poder Executivo, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado. De acordo com a legislação goiana pertinente, são atribuições do Procurador-Geral do Estado de Goiás:

- I. Propor ao Governador do Estado a anulação de atos administrativos da administração direta e autárquica.
 - II. Propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
 - III. Desistir, transigir, firmar compromisso e confessar, nas ações de interesse do Estado, bem como autorizar a não interposição de recursos em processos de ações judiciais.
 - IV. Firmar, como representante legal do Estado de Goiás, contratos, convênios e outros ajustes de qualquer natureza.
 - V. Avocar a defesa de interesse da Fazenda Estadual em qualquer ação ou processo.
- Marque a alternativa correta, tendo em vista as asserções acima:

- a) Apenas as asserções 1, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as asserções II, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas as asserções 1. IV e V são verdadeiras.
- d) Todas as asserções são verdadeiras.

Questão 2

Marque a alternativa cuja afirmação está em desacordo com a legislação infraconstitucional pertinente e a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, no tocante às ações típicas de controle concentrado de constitucionalidade das leis e dos atos normativos em face da Constituição Federal.

- a) Os tratados e convenções internacionais, como atos originários de instrumento internacional, quando incorporados formalmente ao ordenamento jurídico nacional, qualificam-se como atos normativos em nível constitucional e, portanto, não são passíveis de controle difuso de constitucionalidade.
- b) A lei ou ato normativo municipal que contrariar dispositivo da Constituição Federal com repetição no texto da Constituição Estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro, com fundamento no texto constitucional estadual.

- c) A argüição de descumprimento de preceito fundamental é ação subsidiária, pois não será admitida quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- d) A concessão da medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

Questão 3

Lei estadual de 1989 permite a aplicação de pena de suspensão de até trinta dias a servidor público, em caso de falta grave, independentemente de processo administrativo. A propósito da afirmação acima, marque a alternativa correta:

- a) É inconstitucional, por ferir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
- b) É inconstitucional, por ferir o princípio da indeclinabilidade da jurisdição.
- c) É constitucional, em virtude da autonomia estadual.
- d) É constitucional, em virtude de cômputo de tempo de serviço público para fins de concessão de aposentadoria.

Questão 4

Julgue as afirmativas abaixo, marcando V (verdadeira) ou F (falsa):

- 1.0 Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo todas determinantes para o setor público e indicativo para o setor privado.
 - 2. O Estado-membro pode desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
 - 3. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, será regulado por lei complementar que disporá sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas ou privadas.
 - 4. O imóvel público, pertencente a um Estado-membro da Federação, e localizado em área rural ou urbana, não poderá ser adquirido por usucapião.
- Marque a alternativa com a seqüência correta, de cima para baixo:

- a) V – F – V – F
- b) F – F – V – V
- c) F – V – F – F
- d) V – V – F – V

Questão 5

A Constituição Federal de 1988 admite a intervenção dos Estados em seus Municípios

- a) quando houver previsão expressa na Lei Orgânica do Município para a garantia da autonomia municipal.
- b) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

- c) em cumprimento à disposição da Constituição do Estado, quando se verificar impontualidade no pagamento dos servidores municipais inativos.
- d) quando o orçamento municipal consignar recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino em quantia inferior à que for destinada pelo orçamento do Estado para o mesmo fim.

Questão 6

Marque a alternativa correta.

Legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde é competência

- a) exclusiva da União.
- b) privativa da União, com delegação aos Estados e ao Distrito Federal.
- c) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- d) comum da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 7

A respeito do controle jurisdicional e concentrado de constitucionalidade das leis e ato normativos instituído no âmbito do Estado de Goiás, conforme defere o § 2º do artigo 125 d Constituição Federal de 1988 e artigo 60, § 1º ao 5º da Constituição Estadual, é correto afirmar:

- a) O controle de constitucionalidade da lei ou ato normativo estadual é possível mediante ação direta d inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, se em confronto com a Constituição Estadual.
- b) A atribuição da legitimação para agir é deferida apenas ao Procurador-Geral de Justiça do Estado.
- c) A instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Constituição Federal compete ao Tribunal de Justiça.
- d) A declaração, pelo Tribunal de Justiça, da inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estadual ou municipais em face da Constituição Estadual, somente pode se dar pelo voto da maioria absoluto de seus membros.

Questão 8

A propósito das normas aplicáveis aos servidores públicos, é correto afirmar que

- a) a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos é necessária à investidura do agente público em cargo público ou função pública.
- b) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será demitido ou ficará em disponibilidade não remunerada.
- c) o tempo de exercício de mandato eletivo federal será computado para fins de promoção por merecimento ou antigüidade.
- d) a aposentadoria por invalidez permanente terá os proventos proporcionais ao tempo de contribuição exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa oi incurável, especificadas em lei.

Questão 9

A Constituição, como lei fundamental de um Estado, contém princípios e regras referentes estruturação estatal, à formação dos poderes públicos, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos. Em respeito princípio da supremacia constitucional, todas as leis e atos normativos infraconstitucionais requerem conformidade aos princípios e regras da Constituição. Marque a alternativa que está em desacordo com a assertiva acima:

- a) O princípio da legalidade dos tributos representa limitação ao poder de tributar.
- b) As normas ordinárias compatíveis com os princípios e regras constitucionais permanecem vigorando porém jamais como normas complementares.
- c) As constituições dos Estados-membros da Federação podem dispor sobre regras de direito tributário financeiro e econômico.
- d) Os Estados-membros da Federação, mesmo dotados de poder constituinte decorrente, não podem criar mecanismos de controle jurisdicional e concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais em face da Constituição Federal.

Questão 10

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Tendo em vista essa nova ordem constitucional, é correto afirmar:

- a) As normas ordinárias revogadas pela Constituição anterior passam automaticamente a ter validade na ordem jurídica.
- b) A atual Constituição, quanto à origem e estabilidade, é dogmática e escrita.
- c) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de atos de defesa do Estado e das instituições democráticas.
- d) A forma republicana de governo, como cláusula pétrea, não poderá ser objeto de emenda constitucional tendente a sua abolição.

Questão 11

Marque, abaixo, a alternativa que completa a seguinte afirmação:

Ao dispor sobre os servidores públicos, a Constituição Federal de 1988 estabelece que

- a) a responsabilidade civil de seus atos funcionais não é imputável à Administração Pública.
- b) ao servidor público é vedado o direito de associação, mas lhe é assegurado o direito de greve.
- c) a investidura em emprego público não depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- d) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Questão 12

Conforme o texto constitucional, um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtuplo pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Mesmo assim, ao dispor sobre a criação do Tribunal de Justiça, a Constituição de um Estado retira do Chefe do Poder Executivo Estadual a competência para nomear os integrantes do quinto constitucional. Para garantir sua prerrogativa, assegurada pela Constituição Federal, deve o Governador do Estado:

- a) Interpor ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, cabendo ao Procurador-Geral do Estado defender o texto impugnado.
- b) Propor ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça defender a Constituição Estadual.
- c) Propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Advogado-Geral da União defender o ato ou texto impugnado.
- d) Impetrar mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça, cabendo ao Presidente da Assembléia Legislativa prestar as informações sobre o texto impugnado.

Questão 13

Na Declaração de Viena, aprovada na Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), consta que: “Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de maneira justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase”.

A propósito dos direitos humanos, é correto afirmar que eles se caracterizam

- a) por sua historicidade, oriundos da evolução humana e da sociedade.
- b) por serem inalienáveis e indisponíveis, pois não se incluem na esfera patrimonial do homem.
- c) por serem imprescritíveis, pois são sempre exigíveis e exercitáveis a qualquer momento.
- d) por serem indivisíveis, pois todos eles se complementam e são inerentes à pessoa humana e convergentes para ela.

Questão 14

O sistema de controle externo parlamentar, contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial dos atos administrativos é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio de um órgão especializado, que, no âmbito estadual, é o Tribunal de Contas do Estado. A propósito desse órgão, é correto afirmar que

- a) as decisões do Tribunal de Contas são jurisdicionais quando este exerce suas funções técnicas de apreciar a constitucionalidade das leis e atos normativos do Poder Público que tenham reflexo no erário.
- b) a competência para processar e julgar, originariamente, os crimes comuns dos membros dos Tribunais de Contas do Estado é do Superior Tribunal de Justiça.

c) cabe ao Tribunal de Contas do Estado julgar os administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos na administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, por crimes contra o erário.

d) a decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado, devidamente ratificada pela Assembléia Legislativa, de que resulte imputação de débito ou multa, terá eficácia de título executivo.

Questão 15

Em relação aos precatórios judiciais, é correto afirmar que

a) todos os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Estadual, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos.

b) não se incluem entre os débitos de natureza alimentícia aqueles decorrentes de indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

c) as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

d) a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como o seu fracionamento, repartição ou quebra do valor executado é possível para os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Estadual deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 16

A respeito das normas constitucionais com alcance internacional, analise as assertivas abaixo:

a) A União, através de seus órgãos, representa a República Federativa do Brasil, que é dotada de personalidade jurídica de direito externo ou internacional.

b) As celebrações de tratados ou convenções são atribuições privativas do Poder Executivo Federal, sendo vedada qualquer participação do Congresso Nacional.

c) A autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios é de competência privativa do Senado Federal.

d) O julgamento, em recurso ordinário, das causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, União, Estado ou Distrito Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça.

Marque a alternativa correta:

a) Apenas as assertivas 11 e ifi são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas 1 e ifi são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas 1, ifi e 1V são verdadeiras.

d) Todas as assertivas são verdadeiras.

Questão 17

Marque a alternativa que completa, corretamente, a afirmação abaixo:

Nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal são processados e julgados

- a) pelo Tribunal de Justiça, após a concessão de licença pela Assembléia Legislativa.
- b) pelos juízes de direito das respectivas comarcas.
- c) pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 18

Julgue as afirmativas abaixo, marcando V (verdadeira) ou F (falsa), conforme o caso:

1. Nas infrações penais comuns, enquanto não sobrevier sentença condenatória transitada em julgado, o Presidente da República, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e os Prefeitos Municipais não estarão sujeitos a prisão.
2. As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; e, como forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores de Estado, do Distrito Federal e dos Territórios.
3. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo estadual, ficará afastado do cargo, emprego ou função.
4. A afronta ao princípio da imunidade recíproca pelo constituinte derivado ou decorrente, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, configura violação ao princípio federativo.

Marque a alternativa com a seqüência correta, de cima para baixo:

- a) F — V — V — F
- b) V — V — F — V
- c) F — V — V — V
- d) V — F — F — F

Questão 19

De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- a) a lei complementar estadual, com base na localização geográfica e respectiva população, pode instituir imposto que implique distinção ou preferência entre Municípios.
- b) a anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de lei específica estadual ou municipal.
- c) o Estado pode conceder isenções de tributos da competência do Município.
- d) o Estado e o Município podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Questão 20

A propósito da responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que

- a) a regra geral é a comunicabilidade das instâncias penal, administrativa e cível.
- b) havendo resíduo da decisão na esfera penal há comunicação das instâncias.

- c) nem excepcionalmente a esfera penal comunica-se com a instância administrativa.
- d) só se admite a repercussão na esfera administrativa quando há condenação no âmbito penal.

Questão 21

São hipóteses de dispensa de licitação, exceto

- a) situação de calamidade pública.
- b) locação de imóvel para atender a Administração.
- c) contratação de profissional de notória especialização.
- d) compra de produtos perecíveis.

Questão 22

Não se pode afirmar que seja característica da reforma do Estado

- a) a adoção modelos organizacionais com mais graus hierárquicos e chefias com maior poder de decisão.
- b) a desconcentração e a descentralização conferindo-se maior poder de decisão a escalões hierárquicos inferiores.
- c) a eliminação de superposição de órgãos com atribuições semelhantes.
- d) a aplicação rigorosa de concurso público.

Questão 23

Marque a alternativa correta:

Segundo a doutrina e a jurisprudência, pode ocorrer responsabilidade extracontratual do Estado

- a) mesmo havendo a excludente configurada através da força maior com a conseqüente indenização.
- b) pela aplicação única da teoria objetiva, com total afastamento da hipótese de subjetividade.
- c) através da adoção da teoria objetiva, que dispensa a culpa do agente, combinada com a teoria do risco administrativo integral.
- d) independentemente da culpa da vítima, sendo esta irrelevante na obrigação decorrente da teoria objetiva, que não perquire sobre esse elemento.

Questão 24

Sobre as parcerias na Administração Pública é incorreto afirmar:

- a) As entidades particulares que atuam nessa área executam serviços não exclusivos do Estado.
- b) As organizações sociais prestam-se a essa finalidade e caracterizam-se como não governamentais.
- c) O contrato de gestão é um de seus instrumentos.
- d) O contrato de parceria é próprio das organizações sociais.

Questão 25

A respeito das Agências Reguladoras é correto afirmar que:

- a) O contrato de gestão é o seu principal instrumento.
- b) A sua independência normativa apresenta-se plena perante o Poder Legislativo.
- c) O seu poder de dirimir conflitos afirma sua independência perante o Poder Judiciário.
- d) O fato de suas decisões não poderem ser revistas por autoridades estranhas à própria entidade afirma a sua independência perante o Poder Executivo.

Questão 26

Quanto ao Poder de Polícia, é incorreta a seguinte afirmativa:

- a) Trata-se de restrição a direito individual.
- b) A diferenciação entre a polícia judiciária e a administrativa encerra-se no caráter repressivo da primeira e no preventivo da segunda.
- c) As limitações administrativas são formas de atuação desse poder.
- d) A discricionariedade é um de seus atributos.

Questão 27

Uma das características do contrato administrativo é a mutabilidade. Com base nessa afirmação, assinale a alternativa correta:

- a) A natureza comutativa e sinalagmática resta prejudicada pela ocorrência desse fator.
- b) Pode haver mudança unilateral das cláusulas contratuais inclusive as financeiras.
- c) O agravamento da obrigação de fazer independe do consentimento do contratado.
- d) A álea extraordinária econômica sendo extracontratual não autoriza a revisão.

Questão 28

Sobre o regime jurídico dos servidores públicos, são corretas as seguintes afirmações, exceto:

- a) O regime jurídico único resultou de impositividade de norma constitucional.
- b) Com a adoção do regime jurídico único, em decorrência de norma constitucional, as entidades da Administração Pública indireta adotaram regime estatutário para os seus servidores, em todos os níveis de governo.
- c) Em virtude de alteração efetivada por emenda à Constituição da República, não é mais obrigatória a adoção de regime jurídico único, sendo possível a multiplicidade de regimes jurídicos aplicáveis aos servidores.
- d) A adoção do regime estatutário é compatível com a aplicação do sistema celetista no mesmo âmbito de governo.

Questão 29

Marque a alternativa correta:

A Constituição da República garante aos servidores públicos

- a) estabilidade ampla; inatividade remunerada; disponibilidade com vencimentos

proporcionais:

irredutibilidade de vencimentos e décimo terceiro salário.

b) estabilidade: inatividade remunerada: disponibilidade com vencimentos integrais;

irredutibilidade de vencimentos: décimo terceiro salário e equiparação de vencimentos.

c) estabilidade relativa; inatividade remunerada; disponibilidade com vencimentos proporcionais; irredutibilidade de vencimentos: direito de greve e décimo terceiro salário.

d) estabilidade relativa: inatividade remunerada: disponibilidade com vencimentos integrais: direito de greve e décimo terceiro salário.

Questão 30

No tocante a servidores públicos, é correto afirmar que

a) pertencem a essa categoria os agentes políticos.

b) os contratados pelo regime celetista não se enquadram entre eles.

c) os concessionários e permissionários, por prestarem serviço público, são assim considerados, lato sensu.

d) estão sujeitos a regime especial, quando contratados temporariamente.

Questão 31

Com a reforma administrativa implementada pela EC/19, de 1998, o instituto da estabilidade foi flexibilizado. Partindo dessa premissa, é correto afirmar que

a) o servidor público nomeado em virtude de concurso público adquire estabilidade após dois anos da nomeação e posse.

b) o servidor público nomeado em virtude de concurso público adquire estabilidade após dois anos da nomeação e posse, se houver avaliação satisfatória de desempenho.

c) estabilidade passou a significar o mesmo que efetividade.

d) é possível a ruptura da estabilidade em três situações diferentes: prática de falta grave por parte do servidor; insuficiência de desempenho e excesso em folha de pagamento.

Questão 32

A respeito de acumulação de cargos ou empregos públicos, marque a alternativa correta:

a) É possível a acumulação de dois cargos de farmacêutico-bioquímico, desde que haja compatibilidade de horário.

b) Não é possível a acumulação de dois cargos de enfermeiro, nem mesmo havendo compatibilidade de horário.

c) É possível a acumulação de dois cargos de advogado desde que haja compatibilidade de horário e um deles seja exercido em fundação.

d) É possível a acumulação de dois cargos de médico com um de magistério.

Questão 37

Há determinadas entidades com muitas características de pessoa jurídica, mas que não chegam a ganhar sua personalidade. Considerando essa afirmação, marque a alternativa correta:

a) Adquirem personificação anômala a massa falida, o espólio, exceto a herança vacante.

- b) O condomínio, após a edição do novo Código Civil, passou a personificar-se juridicamente.
- c) A personificação anômala atinge a herança vacante e não a herança jacente.
- d) Tanto a herança vacante como a herança jacente têm personificação anômala.

Questão 38

Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O titular de direito eventual, nos casos de condição suspensiva, não pode praticar atos destinados à sua conservação, porquanto a eficácia do direito depende do evento futuro e incerto.
- b) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.
- c) O termo inicial suspende o direito e, assim, o próprio exercício.
- d) O titular de direito somente pode praticar atos destinados à conservação do direito nos casos de condição resolutiva, porque, aí, há aquisição do direito, perdendo a eficácia com o implemento da condição.

Questão 39

Marque a alternativa que completa corretamente a afirmação abaixo:

O negócio jurídico simulado é

- a) anulável.
- b) relativamente ineficaz.
- c) lesão.
- d) nulo.

Questão 40

A respeito do abuso de direito, é correto afirmar:

- a) Com a criação do novo Código Civil, o abuso de direito integra o ato ilícito.
- b) O abuso de direito não constitui propriamente um ato ilícito e transcende os limites da responsabilidade civil.
- c) Ao adotar o critério objetivo-finalístico no conceito de ato ilícito, o novo Código Civil incorporou a culpa como elemento conceitual.
- d) O abuso de direito não se contém no conceito de ato ilícito, sendo apenas uma das várias espécies de sua manifestação.

Questão 41

Em matéria de prescrição, é correto afirmar que

- a) o protesto cambial interrompe a prescrição.
- b) o simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- c) a cobrança extrajudicial, por de carta com AR, não interrompe a prescrição, constituindo causa suspensiva.
- d) a apresentação do título de crédito no juízo do inventário suspende a prescrição que somente voltará a correr após a sentença de julgamento da partilha.

Questão 42

O novo Código Civil prescreveu que a liberdade de contratar será exercida em razão da função social do contrato. Assim, neste caso, o princípio da função social do contrato foi erigido como

- a) cânon de interpretação dos contratos.
- b) limitação da autonomia privada.
- c) elemento da validade do contrato.
- d) requisito indispensável à eficácia do contrato.

Questão 43

Preceitua o art. 27, da Lei nº 8.245/91, que “no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado.”

Esse texto legal caracteriza hipótese de

- a) ônus real.
- b) obrigação propter rem.
- c) obrigação com eficácia real.
- d) direito real de aquisição, pois este independe de contrato escrito, repousando a preempção na lei.

Questão 44

Proposta ação possessória contra certa pessoa, esta, na resposta, alegou a condição de proprietária. motivo pelo qual a sentença não lhe poderia ser desfavorável. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

- a) Nas ações possessórias não se admite a exceção de domínio.
- b) Dada a natureza dúplice da ação possessória, é admissível a exceção de domínio.
- c) Somente em caso de dúvida é que não se pode julgar posse contra aquele a quem evidentemente pertence o domínio da coisa.
- d) E sempre possível a admissão da exceção de domínio nas ações possessórias.

Questão 45

Certa pessoa adquiriu um apartamento com prestações condominiais atrasadas. Contra o novo adquirente, o condomínio, por intermédio do síndico, propôs ação de cobrança.

Analise a proposição acima e assinale a alternativa correta:

- a) O adquirente da unidade responde pelos débitos do alienante, incluídas as multas e os juros moratórios.
- b) As despesas condominiais são consideradas obrigações propter rem. motivo pelo qual as prestações pretéritas não podem ser exigidas do novo adquirente.
- c) As prestações condominiais podem ser exigidas do novo adquirente, exceto as multas, porque estas, tendo caráter punitivo, devem ser cobradas do culpado.
- d) As despesas condominiais pretéritas podem ser exigidas do novo adquirente, por constituírem obrigação de natureza real.

Questão 46

O novo Código Civil resgatou da história o direito de superfície. Tendo em vista as prescrições legais acerca da nova figura jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) Somente se admite direito de superfície por prazo determinado.
- b) O superficiário tem direito de preferência e, se não o exercer, no caso de alienação por parte do concessionário, poderá cobrar deste determinada compensação, de acordo com o que havia sido avençado.
- c) O direito de superfície transmite-se por ato entre vivos e se extingue com a morte do superficiário.
- d) O superficiário tem direito de preferência e, se não o exercer, no caso de alienação por parte do concessionário, não poderá exigir deste qualquer compensação, ainda que prevista contratualmente.

Questão 47

O art. 1.428 do Código Civil prescreve a nulidade da cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético e hipotecário a ficar com o objeto da garantia, caso a dívida não venha a ser paga. Esta cláusula tem o nome de

- a) resolutória.
- b) comissória.
- c) anulatória.
- d) rescisória.

Questão 48

A hipoteca poderá prorrogar-se até perfazer

- a) 30 anos.
- b) 20 anos.
- c) 15 anos.
- d) 10 anos.

Questão 49

Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público estruturadas segundo as regras do direito privado são considerados

- a) bens públicos de uso comum do povo.
- b) bens públicos de uso especial.
- c) bens públicos domiinicais.
- d) bens privados do domínio público.

Questão 50

O imóvel abandonado, situado na zona rural, poderá ser arrecadado como bem vago e passar ao domínio

- a) do Estado, no prazo de cinco anos.

- b) da União, no prazo de cinco anos.
- c) do Estado, no prazo de três anos.
- d) da União, no prazo de três anos.

Questão 51

Certa pessoa recebeu em doação uma gleba de cinquenta alqueires. Em seguida, deu-a em hipoteca ao Banco do Brasil S.A. Depois, incurso em ingratidão, foi a doação revogada. Analise a situação e assinale a alternativa correta:

- a) O domínio é resolvido pela revogação.
- b) Resolve-se o domínio, mas não se resolve a garantia hipotecária.
- c) No caso, a causa resolutive já estava prevista na lei, ao tempo da doação, por isso resolve-se o domínio do donatário, mas não a garantia, em respeito à boa-fé do credor hipotecário.
- d) O doador, em favor de quem o domínio resolveu, poderá, neste caso, reivindicar a coisa, se houver sido transferida a terceiro.

Questão 52

Um homem morreu, deixando viúva e três filhos solteiros. Estes, após darem procuração ao advogado para requerimento do inventário, renunciaram em favor da mãe viúva. A propósito da natureza e das consequências tributárias da renúncia, assinale a alternativa verdadeira.

- a) In casu, a renúncia foi in favorem e, assim, corresponde à cessão gratuita de direitos hereditários, motivo pelo qual deve pagar o respectivo imposto.
- b) In casu, houve aceitação da herança, ao dar procuração ao advogado para o inventário. Assim, aceita a herança, não seria possível a renúncia abdicativa, mas a traslativa, motivo pelo qual deve-se pagar o imposto.
- c) In casu, o recolhimento da herança pela mãe em virtude da renúncia dos filhos constitui ato entre vivos que não pode ser tributado.
- d) Aceita a herança, torna-se definitiva a transmissão ao herdeiro e a renúncia posterior não invalidou esta transmissão, motivo pelo qual deve o ato ser tributado.

Questão 53

Certo testamento foi realizado à luz do art. 1.723, do antigo Código Civil, tendo o testador estabelecido cláusula de inalienabilidade em relação aos bens da legítima dos herdeiros necessários. O novo Código Civil, no art. 1.848, preceitua que “salvo se houver justa causa declarada no testamento, não pode o testador estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, sobre os bens da legítima.” Se o testador vier a falecer após a vigência do novo Código, no conflito entre os dois diplomas, a solução correta é:

- a) O testamento não sofrerá os efeitos da lei nova, pois se trata de ato jurídico perfeito, sendo garantia constitucional sua intocabilidade.
- b) O testamento é ato jurídico perfeito, cuja eficácia depende da morte. Assim, morto o testador ao tempo da lei nova, o testamento valerá, mas a cláusula não terá qualquer eficácia.

- c) A exigência do art. 1.848 somente será aplicada aos testamentos celebrados à luz da lei antiga, se o óbito do testador ocorrer no prazo de dois anos.
- d) Se o óbito ocorrer no prazo de um ano após a entrada em vigor do novo Código, a cláusula somente terá eficácia se o testador aditar o testamento para declarar justa causa da restrição.

Questão 54

Com relação aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, é incorreto afirmar que

- a) não há partes. mas, a rigor, apenas interessados.
- b) a Fazenda Pública deve ser ouvida, nos casos em que ela tiver interesse.
- c) o prazo para resposta é de cinco dias.
- d) o juiz não está obrigado a observar critério de legalidade estrita.

Questão 55

Não é caso de procedimento especial de jurisdição voluntária

- a) a emancipação.
- b) a restauração de autos.
- c) a alienação da coisa comum.
- d) a alienação de bens de menores.

Questão 56

Com relação à aplicação da lei processual civil (mais especificamente, do Código de Processo Civil), é correto afirmar:

- a) Aplicam-se subsidiariamente ao processo de execução as disposições que regem o processo cautelar.
- b) As disposições referentes aos atos de comunicação processual não se aplicam aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária.
- c) As disposições que regulam as hipóteses de nulidade processual aplicam-se a todos os tipos de processo.
- d) As disposições gerais do processo cautelar não se aplicam ao procedimento do atentado.

Questão 57

Reputam-se conexas duas ou mais ações,

- a) quando, havendo partes iguais, lhes for comum o pedido.
- b) quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- c) quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- d) quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.

Questão 58

Sobre o tema “competência”, considere as afirmativas abaixo:

1. Competência funcional é improrrogável.

II. Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro do domicílio do autor.

III. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bem imóvel serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

IV. Para a ação em que for ré a sociedade que carece de personalidade jurídica, é competente o foro do lugar onde exerce a sua atividade principal.

Assinale a resposta correta:

a) A afirmativa 1 é verdadeira; as afirmativas II, III e IV são falsas.

b) As afirmativas 1 e II são falsas; as afirmativas III e IV são verdadeiras.

c) As afirmativas 1 e II são verdadeiras; as afirmativas III e IV são falsas.

d) As afirmativas 1 e IV são verdadeiras; as afirmativas II e III são falsas.

Questão 59

Não pode suscitar conflito de competência

a) o presidente do Tribunal.

b) qualquer das partes.

c) o Ministério Público.

d) o juiz.

Questão 60

O Estado de Goiás pretende ajuizar ação de indenização em desfavor do Estado do Tocantins. Essa ação deverá ser proposta perante

a) o Supremo Tribunal Federal.

b) o Superior Tribunal de Justiça.

c) a Justiça Federal.

d) o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Questão 61

Considera-se proposta a ação

a) com a citação do réu.

b) com a citação válida do réu.

c) tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.

d) com o recolhimento das custas processuais.

Questão 62

A citação válida do réu

- a) faz litigiosa a coisa.
- b) suspende a prescrição.
- c) determina a competência do juízo.
- d) impede que o autor desista do feito sem o seu consentimento.

Questão 63

Com relação ao terna “antecipação de tutela” no Processo de Conhecimento, considere as afirmativas abaixo:

I. É incabível a antecipação da tutela quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

II. O juiz pode antecipar a tutela de ofício.

III. O fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, por si, é fundamento bastante para a antecipação da tutela.

IV. É possível ao juiz deferir, a título de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar, desde que presentes os seus respectivos pressupostos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Todas as afirmativas são falsas.
- c) A afirmativa I é verdadeira; as afirmativas II, III e IV são falsas.
- d) As afirmativas I, II e III são falsas; a afirmativa IV é verdadeira.

Questão 64

Sobre o tema “resposta do réu”, considere as assertivas abaixo:

I. A exceção de impedimento não suspende o curso do processo, quando oferecida contra o serventuário da justiça.

II. A regra referente ao ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

III. Oferecida a reconvenção, o autor reconvido tem o prazo de dez dias para contestá-la.

IV. Julgar-se-ão na mesma sentença a exceção e a reconvenção.

Assinale a alternativa correta:

- a) As assertivas I e II são verdadeiras; as assertivas III e IV são falsas.
- b) As assertivas I e III são verdadeiras; as assertivas II e IV são falsas.
- c) As assertivas I e II são falsas; as assertivas III e IV são verdadeiras.
- d) As assertivas I e III são falsas; as assertivas II e IV são verdadeiras.

Questão 65

O juiz está autorizado a aplicar as regras de experiência comum, suprimidas pela observação do que ordinariamente acontece,

- a) em falta de normas processuais.
- b) em falta de normas jurídicas particulares.
- c) em complementação às conclusões do laudo pericial.

d) em oposição às conclusões do laudo pericial.

Questão 66

Com relação ao terna “prova testemunhal”, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas; mas os seus depoimentos serão prestados independentemente de compromisso e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.
- b) Os delegados de polícia não têm a prerrogativa de ser inquiridos em sua residência ou onde exercem a sua função.
- c) No procedimento comum ordinário, se o juiz, ao designar a audiência, não fixar o prazo para a apresentação do rol de testemunhas, incumbe às partes apresentá-lo até dez dias antes da audiência.
- d) O menor, com dezessete anos de idade, pode depor como testemunha.

Questão 67

É irrecorrível a decisão que

- a) acolhe exceção de incompetência.
- b) defere a produção de prova pericial.
- c) rejeita incidente de falsidade documental.
- d) releva a pena de deserção.

Questão 68

Na execução fiscal,

- a) o executado ausente do País será citado por carta rogatória.
- b) faz-se a intimação da penhora ao executado mediante publicação, no Órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.
- c) o prazo para pagamento do débito é de três dias.
- d) é incabível a citação via postal do devedor.

Questão 69

Não é hipótese que faça cessar o arresto

- a) o pagamento.
- b) a novação.
- c) a transação.
- d) a cessão de crédito.

Questão 70

Sobre o tema “ações possessórias”, considere as afirmativas abaixo:

- I. O réu pode, em reconvenção, alegando que foi o ofendido na posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

- II. Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem a realização de audiência prévia de justificação.
- III. Os requisitos para a concessão de liminar possessória são a fumaça do bom direito (fumus boni iuris) e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora).
- IV. A ausência do réu à audiência prévia de justificação importa em sua revelia.

Assinale a resposta correta:

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Todas as afirmativas são falsas.
- c) As afirmativas I, II e III são verdadeiras; a afirmativa IV é falsa.
- d) As afirmativas I e IV são falsas; as afirmativas II e III são verdadeiras.

Questão 71

Sobre o tema “mandado de segurança”, assinale a afirmativa correta:

- a) A sentença concessiva do mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, mas pode ser executada provisoriamente.
- b) Não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato disciplinar.
- c) A decisão do mandado de segurança impede que o requerente, por meio de outra ação, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- d) O prazo para a autoridade coatora prestar informações é de quinze dias.

Questão 72

Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) As pessoas jurídicas de direito público não podem exigir imposto sobre renda, serviços ou patrimônio umas das outras.
- b) Os municípios podem instituir impostos sobre a transmissão causa mortis.
- c) Todos os entes federados podem instituir contribuição social de intervenção em domínio econômico.
- d) As taxas podem ter a mesma base de cálculo dos impostos.

Questão 73

A propósito do fato gerador, é correto afirmar que

- a) sua definição legal é interpretada levando-se em conta a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes.
- b) na substituição tributária, o fato gerador não pode ser presumido.
- c) a obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador.
- d) o fato gerador da obrigação acessória independe de lei.

Questão 74

Assinale a afirmativa correta:

- a) A moratória não pode ser concedida em caráter geral.
- b) O contribuinte do imposto pode ser definido por decreto.

- c) Os estados têm competência para instituir impostos municipais.
- d) O Senado pode fixar alíquotas máximas e mínimas para o ICMS.

Questão 75

A respeito das vedações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que

- a) em razão da infinidade de seitas religiosas hoje existentes, os templos de qualquer culto perderam a imunidade tributária.
- b) a imunidade também se estende às contribuições sociais.
- c) o patrimônio e a renda das entidades sindicais dos trabalhadores são imunes dos impostos.
- d) em situações especiais, a União pode utilizar tributo com efeito de confisco.

Questão 76

Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) O IPI não está sujeito ao princípio da anualidade.
- b) Impostos incidentes sobre prestação de serviços são exigidos exclusivamente por municípios.
- c) Convênios que entre si celebram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são normas tributárias complementares.
- d) Os tributos são apenas os impostos e as taxas, sendo que a contribuição de melhoria e as demais são denominadas contribuições parafiscais.

Questão 77

Assinale a afirmativa correta:

- a) Os tributos de incidência não-cumulativa não comportam transferência dos respectivos encargos financeiros a contribuintes de fato.
- b) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- c) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal podem ser solidariamente obrigadas ao pagamento do tributo.
- d) A União pode instituir e cobrar, irrestritamente, quaisquer tributos que lhe convier, mediante quaisquer normas legislativas.

Questão 78

A propósito da base de cálculo de tributo, assinale a assertiva verdadeira:

- a) Quanto ao imposto sobre exportação, o Poder Executivo pode, sem autorização em lei específica, alterar sua base de cálculo.
- b) O Poder Executivo pode, independentemente de lei específica, alterar a base de cálculo de qualquer tributo.
- c) Para alterar a base de cálculo do IPI, o Poder Executivo necessita de autorização contida em lei específica.
- d) As taxas podem ter a mesma base de cálculo dos impostos.

Questão 79

Assinale a alternativa correta:

- a) As alíquotas dos tributos federais são fixadas pelo Senado Federal.
- b) Imposto sobre serviço não incide sobre prestação de serviços bancários.
- c) Imposto sobre propriedade de veículos automotores é de incidência não-cumulativa.
- d) O ICMS incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importada do exterior por pessoa física.

Questão 80

A respeito dos Tribunais, é correto afirmar:

- a) O Supremo Tribunal pode legislar sobre matéria constitucional-tributária.
- b) Ao Superior Tribunal de Justiça compete legislar sobre matéria infraconstitucional-tributária.
- c) Os Tribunais de Justiça Estaduais podem conhecer e prover recurso versante sobre não-incidência de PIS -PASEP.
- d) Os Tribunais Regionais Federais podem decidir sobre matéria tributária federal julgada por juiz estadual.

Questão 81

Quanto à aplicação da lei tributária, a autoridade competente

- a) pode utilizar-se da analogia, mesmo com disposição expressa na lei.
- b) valer-se da equidade, mas somente na ausência de disposição expressa em lei.
- c) não pode. em hipótese alguma, valer-se dos princípios gerais de direito tributário.
- d) aplicar a analogia de forma a resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

Questão 82

O crédito tributário não se extingue

- a) com a conversão do depósito em renda.
- b) através da compensação.
- c) pela prescrição.
- d) através de decisão judicial não transitada em julgado.

Questão 83

Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) A lei tributária aplica-se a ato pretérito sempre que deixe de defini-lo como infração, ainda que o referido ato esteja definitivamente julgado.
- b) Quando o ato não estiver definitivamente julgado, aplica-se lei posterior que lhe comine penalidade menos severa.
- c) A legislação tributária que disponha sobre a suspensão do crédito tributário não pode ser interpretada literalmente.

d) Em nenhuma hipótese, a lei tributária pode ser interpretada de maneira mais favorável ao contribuinte.

Questão 84

Exclui o crédito tributário

- a) a prescrição
- b) a isenção.
- c) a decadência.
- d) o pagamento.

Questão 85

Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) O crédito tributário prefere a qualquer outro, inclusive o trabalhista.
- b) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita à habilitação em falência.
- c) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- d) A prescrição não se interrompe pelo protesto judicial.

Questão 86

Pertencem aos Municípios os seguintes impostos. exceto

- a) o imposto predial e territorial urbano.
- b) o imposto sobre serviços de qualquer natureza, com exceção dos serviços de transporte intermunicipal e interestadual e os de comunicação.
- c) o imposto sobre a transmissão de bens inter vivos.
- d) o imposto sobre a transmissão causa mortis.

Questão 87

Assinale a proposição falsa:

- a) Acordos e convenções coletivas de trabalho são fontes Formais heterônomas de direito do trabalho.
- b) Acordos e convenções coletivas de trabalho são fontes materiais heterônomas de direito do trabalho.
- c) Acordos e convenções coletivas de trabalho são fontes formais autônomas de direito do trabalho.
- d) Acordos e convenções coletivas de trabalho são fontes materiais autônomas de direito do trabalho.

Questão 88

A orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho firmou-se no sentido de que

- a) a data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, salvo quando indenizado.
- b) a data de saída a ser anotada na CTPS independe da data de término do prazo do aviso prévio.
- c) a data de saída a ser anotada na CTPS, no caso de aviso prévio indenizado, deve corresponder ao último dia trabalhado.
- d) a data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.

Questão 89

A orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho firmou-se no sentido de que

- a) a norma constitucional que prevê a concessão de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é auto-aplicável.
- b) não se aplica, na contagem do prazo de aviso prévio, a regra que exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento (art. 125 do Código Civil, de 1916).
- c) sobrevivendo a concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, os efeitos da dispensa só se concretizam depois de expirado o benefício previdenciário, sendo irrelevante que tenha sido concedido no período do aviso prévio.
- d) na hipótese de aviso prévio “cumprido em casa”, as verbas rescisórias devem ser pagas até o décimo dia, contado da notificação da dispensa (CLT, art. 477, § 6º, b).

Questão 90

No que concerne à segurança e medicina do trabalho, é correto afirmar que

- a) apenas o trabalho com inflamáveis e energia elétrica é suscetível de gerar direito ao adicional de periculosidade.
- b) o trabalho exercido em condições perigosas relacionadas à energia elétrica, de forma intermitente, gera direito ao recebimento do adicional respectivo, em sua integralidade.
- c) o trabalho exercido em condições perigosas relacionadas à energia elétrica, de forma intermitente, não gera direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- d) o trabalho exercido em condições perigosas relacionadas à energia elétrica, de forma intermitente, gera direito ao recebimento do adicional de periculosidade, proporcional ao tempo de exposição ao risco.

Questão 91

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, no que concerne à compensação de jornada, firmou-se no sentido de

- a) reconhecer validade ao ajuste de compensação apenas se previsto em norma coletiva.
- b) reconhecer validade ao ajuste de compensação celebrado individualmente.
- c) reconhecer validade ao acordo individual de compensação, inclusive tácito.
- d) reconhecer validade ao acordo individual de compensação, desde que celebrado com assistência sindical.

Questão 92

Acerca dos intervalos intrajornada, assinale a assertiva correta:

- a) O intervalo para repouso e alimentação será de no mínimo uma hora, não podendo exceder três horas, salvo acordo individual.
- b) O intervalo para repouso e alimentação será de 15 minutos, sempre que a jornada ultrapassar quatro horas.
- c) Nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90 minutos de labor consecutivo corresponderá um repouso de dez minutos, vantagem estendida pela jurisprudência aos digitadores.
- d) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido, o empregador fica obrigado a remunerar o respectivo período, em dobro.

Questão 93

Na extinção do vínculo de emprego, a indenização rescisória devida ao trabalhador corresponderá

- a) a 50% dos depósitos do FGTS, excluídos os saques efetuados ao longo do vínculo.
- b) a 40% do valor dos depósitos do FGTS, excluídos os valores sacados ao longo do vínculo.
- c) a 50% dos depósitos do FGTS, incluídos os valores sacados ao longo do vínculo.
- d) a 40% dos depósitos do FGTS, incluídos os valores sacados ao longo do vínculo.

Questão 94

A propósito do instituto da unicidade sindical, é correto afirmar que se caracteriza pela

- a) vedação de criação de mais de um sindicato representativo de determinada categoria profissional na mesma base territorial, que não poderá exceder à área de um Município.
- b) vedação de criação de mais de um sindicato representativo de determinada categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, que não poderá ser inferior à região socioeconômica ocupada pelos representados.
- c) vedação de criação de mais de um sindicato, representativo de determinada categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não poderá exceder a região socioeconômica ocupada pelos representados.
- d) vedação de criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da mesma categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um Município.

Questão 95

A norma do § 10 do art. 477 da CLT exige, para validade do pedido de demissão e recibo de quitação dos empregados com mais de um ano de serviço, a assistência do respectivo sindicato ou de autoridade do Ministério do Trabalho. Escolha, entre as alternativas abaixo, a que relaciona corretamente as entidades que não se sujeitam a essa exigência.

- a) União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e fundações de direito público, ainda que explorem atividade econômica.

- b) União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e fundações de direito público que não explorem atividade econômica.
- c) União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias, fundações de direito público e empresas públicas.
- d) União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias, fundações de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 96

Nos termos do art. 844 da CLT, a ausência do reclamado na audiência importa revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato. Tal dispositivo, segundo a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) aplica-se às pessoas jurídicas de direito público, a despeito do princípio da indisponibilidade.
- b) não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em virtude do princípio da indisponibilidade.
- c) não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, as autarquias e as fundações de direito público, desde que não explorem atividade econômica, em virtude do princípio da indisponibilidade.
- d) não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, as autarquias e as fundações de direito público, ainda que explorem atividade econômica, em virtude do princípio da indisponibilidade.

Questão 97

Quanto à representação processual dos Estados, suas autarquias e fundações de direito público. quando representados por procurador do Estado, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho firmou-se no sentido de ser

- a) indispensável a juntada da procuração.
- b) indispensável a autenticação da firma do substabelecido, na hipótese de substabelecimento a outro procurador do Estado.
- c) dispensável a procuração.
- d) dispensável a autenticação da firma do substabelecido, na hipótese de substabelecimento a outro procurador do Estado.

Questão 98

O prazo para apresentação de embargos à execução pela Fazenda Pública, no processo do trabalho, é de

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.

Questão 99

De acordo com a legislação previdenciária, é correto afirmar que mantém a condição de segurado, independentemente de contribuições,

- a) até 18 meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- b) até 24 meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- c) até 6 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- d) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.

Questão 100

Entre as alternativas abaixo, assinale a que identifica a prestação devida pela Previdência Social ao dependente do segurado:

- a) salário-família.
- b) auxílio-reclusão.
- c) auxílio-acidente.
- d) salário-maternidade.

GABARITO

Questão	Resposta		Questão	Resposta
01	C		51	B
02	Anulada		52	C
03	A		53	D
04	B		54	C
05	B		55	B
06	C		56	C
07	D		57	C
08	D		58	D
09	B		59	A
10	C		60	A
11	D		61	C
12	C		62	A
13	D		63	D
14	B		64	A
15	C		65	B
16	B		66	A
17	D		67	D
18	C		68	B
19	B		69	D
20	B		70	B
21	C		71	A
22	A		72	A
23	A		73	C
24	D		74	D
25	D		75	C
26	B		76	A
27	C		77	C
28	B		78	Anulada
29	C		79	D
30	D		80	D

31	D		81	B
32	A		82	D
33	D		83	B
34	A		84	B
35	D		85	C
36	A		86	D
37	D		87	Anulada
38	B		88	D
39	D		89	Anulada
40	B		90	B
41	A		91	B
42	B		92	C
43	C		93	D
44	A		94	D
45	A		95	B
46	D		96	A
47	B		97	C
48	B		98	D
49	C		99	D
50	D		100	B